

Pactuingá

ANO IV - Nº 42 - Junho/2000

fetec/PR CUT
CNB - Sindicato Nacional

Jornal dos bancários das bases de Paranaíba, Assis Chateaubriand, Umuarama, Campo Mourão, Cianorte, Toledo, Guarapuava, Golçerô e Maringá

Agora eles querem as florestas também...



Se já não fosse suficiente o rombo que provocaram no Banco do Brasil,

agora os ruralistas querem, através de projeto do deputado Moacir Micheletto (no detalhe), destruir o que resta da Amazônia, da Mata Atlântica e das matas ciliares. Mas a oposição, o movimento sindical e a sociedade civil protesta e repudia a iniciativa, que pode trazer drásticas consequências ao meio ambiente e à humanidade.

Páginas 4 e 5

■ *Pressão faz Banestado melhorar PASS* Página 2

■ *Coferências abrem a campanha salarial 2000* Página 3

■ *Unipar tem três cursos com pior conceito, diz MEC* Página 8

Terceirizadas demitem e não pagam verbas rescisórias

O movimento sindical tem recebido várias denúncias que empresas que prestam serviços aos bancos, tais como limpeza e vigilância, têm demitido funcionários e não pagam sequer verbas rescisórias.

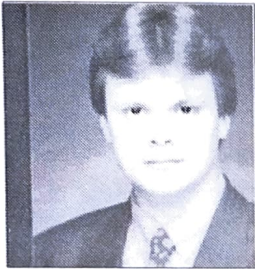
Verifica-se também que algumas empresas vão à falência para não pagar essas verbas,

mas pouco tempo depois contratam outras pessoas e passam a prestar os mesmos serviços com outra razão social.

Em cidades pequenas essa prática dos banqueiros e das terceirizadas ocorre com maior frequência, visto que a maioria dos trabalhadores não entra na Justiça por dois motivos: o medo de serem desliga-

dos da empresa e a discriminação por ter ingressado na justiça trabalhista.

Os bancos devem ser denunciados por contratar empresas sem exigência de idoneidade e sem exigir que os direitos trabalhistas dos funcionários que prestam serviços sejam respeitados.



Eloi: "É preciso denunciar qualquer tipo de abuso"

Para Eloi Myszka, diretor do PACTU-

INGÁ, é importante que os funcionários de terceirizadas que se encontram na situação exposta, mesmos não ingressando na Justiça do Trabalho, façam denúncias aos sindicatos e ao Ministério do Trabalho para a tomada de providências cabíveis.

DESEMPREGO E INSEGURANÇA

É CADA VEZ MAIS EVIDENTE A INTENÇÃO DO GOVERNO FHC EM REDUZIR A PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS NO SISTEMA FINANCEIRO E AO MESMO TEMPO ADOTANDO MEDIDAS QUE BENEFICIAM A BANQUEIRADA.

DEPOIS DE CRIAR O BANCO POSTAL, AGORA O BANCO CENTRAL ESTÁ TRANSFERINDO OS SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA AS LOTÉRICAS, QUE DESDE O DIA 12 DESTE MÊS JÁ PODEM, TROCAR CHEQUES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ALEM DE RECEBER DEPÓSITOS EM POUPANÇA E OUTROS SERVIÇOS.

E, EM BREVE, ALEM DA CEF OUTROS BANCOS, SE QUISEREM, TAMBEM PODERÃO FIRMAR CONVÊNIOS IDÊNTICOS COM PADARIAS, FARMÁCIAS, SUPERMERCADOS E ESTABELECIMENTOS AFINS, PARA TAMBEM TERCEIRIZAREM OS SERVIÇOS BANCÁRIOS.

ESSA MEDIDA, ALEM DE AUMENTAR O DESEMPREGO NOS BANCOS, CRIA OUTROS SÉRIOS PROBLEMAS. O PRINCIPAL DELES É A FALTA DE SEGURANÇA NESSES



Terceirização elimina empregos e prejudica o atendimento ao público

ESTABELECIMENTOS, QUE PASSARÃO A MOVIMENTAR UM VOLUME MAIOR DE DINHEIRO.

VALE LEMBRAR QUE O BC NÃO OBRIGA LOTÉRICAS E OUTROS ESTABELECIMENTOS A MANTEREM O MESMO PADRÃO DE SEGURANÇA DOS BANCOS. ASSIM, AO INVÉS DE COMODIDADE, COMO DIZ O GOVERNO, A TERCEIRIZAÇÃO VAI, NA VERDADE, DESEMPREGAR PAIS DE FAMÍLIAS E OFERECER GRANDE RISCO A POPULAÇÃO.

Ações - No Seminário Nacional dos Bancos Federais, realizado em maio, o movimento sindical discutiu e definiu estratégias de combate às demissões e à terceirização promovida pela Caixa e demais bancos públicos federais. Uma delas é encaminhamento de ações jurídicas, questionando a segurança, o sigilo e a qualidade dos serviços prestados.

Banestado: continua impasse no Plano de Saúde

No dia 13/06/2000 foi realizada reunião de negociação entre FETEC, Funbep e Banestado, para discutir o PASS. O plano de saúde dos funcionários do Banestado.

Ao final o Banestado apresentou nova proposta de acordo, já divulgada aos funcionários via "Pactu Urgente". Em princípio, parecia bem melhor do que o modelo que o banco tentou implementar



Para Roberto Von Der Osten, funcionário do Banestado e diretor do SEEB Curitiba, os funcionários não devem assinar o termo de adesão na atual proposta.

em março, alvo de ação judicial dos sindicatos da CUT, através da FETEC.

No entanto, após análise feita pelo Dieese, constatou-se que, economicamen-

te, os valores da proposta equivalem ao modelo já rejeitado pelos funcionários, havendo apenas um remanejamento de valores, de modo a apresentar que são menores.

O movimento sindical já comunicou ao Banestado que não aceita esta proposta e que pretende continuar as negociações.

No entanto, apesar disso, o Funbep já enviou termo de adesão aos funcionários e aposentados. A FETEC e os sindicatos dos Bancários da CUT orienta os funcionários a não assinarem esse termo, pois a nova proposta não contempla as reivindicações do funcionalismo do Banestado.

Pactuingá

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do PACTU / Sindicato Regional dos Trabalhadores no Sistema Financeiro de Maringá e Região

Conselho Editorial

Paraná
Neil E Júnior
fone (0xx44) 423-3402
e-mail: seebpvai@fornet.com.br

Campo Mourão
Nivaldo Simoni
fone (0xx44) 823-3492
e-mail: seebcut@start.com.br

Toledo
Valtair C. Apolinário
fone (0xx45) 252-1851
e-mail: sbtr@toledonet.com.br

Umaraima/Assis Chateaubriand
Wilson de Souza
fone (0xx44) 622-1979
e-mail: seebum@feusnet.com.br

Guarapuava
Elói Myska
fone (0xx42) 723-1371
e-mail: seebgva@almis.bsi.br

Maringá
Comissão Provisória
Sebastião A. Lopes da Silva
(0xx44) 226-5520 - 9976-3108
ou Aylde R. Reis Car
(0xx44) 221-1900 - 223-4864

Jornalista Joel Guedes
Tiragem 3 000 exemplares
Impressão: C. Oficina São Paulo (44) 657-4787

**CONFERÊNCIAS
&
CONGRESSOS**

Começa a Campanha salarial 2000

A campanha salarial dos bancários já começou. Ano passado, os funcionários dos bancos privados conseguiram, através de muita mobilização e paralisações, manter as principais conquistas e avançar em outras, além de reajuste de 5,5% que repôs parte das perdas salariais do período. Esse mesmo índice foi assegurado pelos funcionários do Banestado, que também conseguiram manter outros direitos.

Já no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, que insistem na imposição de abonos sem reposição salarial, a campanha foi mais difícil. Se já não bastasse a prepotência das direções das empresas, a Contec mais uma vez atrapalhou, ajuizando dissídio na Justiça do Trabalho prejudicando o funcionalismo.

Foi preciso muita resistência dos sindicatos da CUT e dos trabalhadores para garantir o mínimo possível, sem entretanto acabar com o arrocho salarial que já dura cinco anos. Sem contar que o BB age ilegalmente ao tentar implementar acordos unilaterais em torno dos contratos individuais de trabalho e o Banco do Horas.

Isso obrigou os sindicatos de bancários da CNB/CUT, inclusive os do PACTUINGÁ, a ingressarem com ações na Justiça, para evitar mais esse prejuízo ao funcionalismo.

Este ano, a campanha vai priorizar, além do reajuste nos salários, a garantia de emprego, jornada



O HSBC é um dos bancos onde a campanha é intensa, já com várias atividades desenvolvidas desde o início do ano.

de seis horas, igualdade de oportunidades, além de saúde, segurança e condições de trabalho, entre outros pontos.

A campanha salarial começa, efetivamente, com a realização de conferências e congressos dos bancários em níveis estadual e nacional.

No Paraná, a Fetec realizou a II Conferência Estadual dos Trabalhadores do Sistema Financeiro no último dia 10/06. O encontro serviu para análise da conjuntura econômica estadual e nacional e a situação dos bancários neste contexto. Também discutiu a organização dos trabalhadores na campanha salarial 2000 e tirou propostas para a Conferência Nacional a ser realizada nos dias 01

e 02 de julho, em São Paulo.

XI Congresso do BB – Marcado para os dias 28, 29 e 30 de julho, em São Paulo, o XI Congresso dos Funcionários do BB vai debater principalmente campanha em defesa dos bancos públicos, campanha salarial 2000, saúde, previdência e organização do funcionalismo. Os sindicatos do PACTUINGÁ vão enviar representantes.

CAIXA - No dia 14 de julho será realizado, na sede da Fetec/Pr, em Curitiba, o Congresso Estadual dos Funcionários da Caixa. Além de debater a pauta do CONECEP, o congresso irá eleger os 22 delegados do Paraná ao Congresso Nacional.

Campanha permanente

Na verdade, os bancários estão em campanha o ano todo. É a luta em defesa dos bancos públicos como o Banespa,

Banestado e doravante mais intensamente nos bancos públicos que estão na mira do FMI, exigindo a privatização. Notadamente, este ano teve a campanha vitoriosa dos trabalhadores do HSBC, que evitou perdas de direitos e, atualmente, estão em campanha os trabalhadores do Bradesco que também lutam por bolsa-educação, melhoras no plano de saúde e isenção de tarifas. Essas campanhas refletirão na campanha salarial deste ano.

Ações contra o BB

Assim como os sindicatos do PACTUINGÁ, outros sindicatos de bancários de todo o país entraram com ações na justiça, exigindo que o Banco do Brasil cumpra o acordo da Fenaban. Em Brasília, saiu a primeira sentença favorável. A Justiça concedeu liminar obrigando o BB a cumprir 20 cláusulas da convenção assinada em 1999 pela Executiva Nacional dos Bancários com a Federação dos Bancos.

Assim, o banco terá que pagar aos funcionários por aquela ação a gratificação de compensador (R\$ 47,93), auxílio refeição de R\$ 8,56, cesta-alimentação de R\$ 135,00, auxílio-creche/babá de R\$ 105,50, vale transporte (o que exceder a 4% do salário base), estabilidade provisória (pré-aposentadoria: 12 meses antes, para quem tem pelo menos cinco anos de banco; e 24 meses para quem tem 28 anos de banco (homens) e 23 anos (mulher) e, liberação de todos dirigentes sindicais.

Já em Petrópolis (RJ), a Justiça do Trabalho mandou o BB continuar pagando o anuênio aos funcionários da base do sindicato local. É só o começo!!!

Pressão resgata bolsa educação no HSBC

Depois de muita pressão do movimento sindical e dos funcionários, o HSBC concordou em restabelecer a oferta de 900 bolsas educação, como era em 1998.

Durante uma audiência no Ministério Público do Trabalho, a empresa

assinou um termo se comprometendo a oferecer 700 bolsas este ano e outras 200 em 2001.

Vale lembrar que o benefício já havia sido acertado entre a Comissão de Empresa e o banco. Porém, a assinatura do documento dá a garantia de que o

HSBC não voltará atrás.

Além disso, o banco se comprometeu a fornecer a relação dos funcionários contemplados, que possibilitará ao movimento sindical acompanhar a quantidade de funcionários atendidos pelo benefício.

Importante

Homologação de rescisão é mais seguro no Sindicato

Os sindicatos do PACTUINGÁ têm recebido informações de que alguns bancários não têm procurado o seu sindicato na hora de fazer homologações de rescisões. Isso pode representar prejuízo ao trabalhador que está se desligando da empresa. O PACTUINGÁ lembra que os sindicatos contam com estrutura, boa assessoria jurídica e informações necessárias que podem garantir ao trabalhador bancário todos os seus direitos na rescisão contratual.

Então, se você foi demitido ou por algum motivo está deixando o emprego, procure o seu sindicato e garanta todos os seus direitos.

Desmatamento

Sociedade repudia proposta de Moacir Micheletto

Acostumados ludibriar a população com promessas irrealizáveis e a tirar proveito pessoal de tudo o que podem, em detrimento da precária situação em que vive a maioria da população, alguns políticos, se possível for, vendem até a própria alma ao capeta para se perpetuarem no poder, mantendo privilégios e aumentando suas riquezas.

Isso explica porque existem tantos lobbys no Congresso Nacional. E um dos mais fortes é integrado por parlamentares ruralistas. São aqueles deputados que tiveram suas campanhas bancadas por latifundiários de toda espécie, com o compromisso de defender apenas os seus interesses.

Isso explica também a última proposta apresentada pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), com apoio de outros parlamentares da mesma estirpe, que querem reduzir de 80% para 20% a área preservada na Amazônia.

Para que essa devastação se concretize, basta que o Estado defina a área como sendo de vocação agropecuária. Ou seja, está claro que a iniciativa de Moacir Micheletto, que tem base eleitoral em Assis Chateaubriand, na região do PACTUINGÁ, é mais uma jogada eleitoreira para agradar alguns segmentos do Congresso Nacional. É uma barganha imoral que, como as demais que se tem conhecimento, traz consequências ruins à toda a população, inclusive aos próprios fazendeiros que, no futuro, também sofrerão as consequências de um meio ambiente degradado.

Em se tratando de Moacir Micheletto e dos que apoiam sua proposta, não dá para esperar coisa melhor. Resta saber se o parlamentar tomou a iniciativa por desconhecer a importância da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica e das matas ciliares ou se ele está recebendo alguma coisa em troca de proposta tão absurda. Se for por desconhecimento, é um erro grave. Se for por algum benefício pessoal é pior ainda: é crime e cabe cassação de mandato e cadeia.

Por que repudia

A floresta amazônica merece respeito. É a mata que tem a maior variedade de insetos, lagartos, peixes da água doce e ervas medicinais do mundo. Das 483 espécies na floresta amazônica. Sem contar os vegetais. Tudo isso explica porque vários países

A principal explicação para a existência de tanta diversidade na floresta amazônica, nos últimos anos, o planeta sofreu vários períodos de glaciação, em que as florestas enfiaram-se e reduziram-se. Nos períodos de secas mais prolongados, elas se expandiram e reduziram-se.

Os grupos de animais dessas "ilhas" passaram por processos de diferenciação em espécies ou subespécies diferentes das originais e das que ficaram em outros lugares, com seu parecer, destruir o que a natureza levou dezenas de milhões de



INDIGNAÇÃO EM TODOS OS LADOS

Preocupados com as consequências graves que uma medida como essa pode significar ao meio ambiente e à população, diversos segmentos da sociedade civil mostram-se indignados. Os partidos da oposição, sindicatos, organizações não-governamentais, ambientalistas já se manifestaram contra a iniciativa de Moacir Micheletto e pressionaram o Congresso Nacional a não aprovar a proposta. Telefonemas, faxes e

e-mails congestionaram gabinetes na Câmara, contra a proposta do deputado. A pressão foi tanta que muitos parlamentares também já se manifestaram contrários à iniciativa de Micheletto, e favoráveis à mudança do texto.

Mas a bancada ruralista, que seria a maior beneficiária no processo de destruição das florestas, ainda quer a aprovação do texto original.

Michele



diar?

es de aves, primatas, roedores, jacarés, sapos, e mamíferos existentes no Brasil, 324 vivem em estância, há muito tempo, de olho na Amazônia. É a teoria dos refúgios. Nos últimos 100.000 anos, fases secas ferozes. Nesses ciclos, as matas ciliares da floresta ficava isolado do outro. Genética que muitas vezes os transformaram em refúgios. Agora, o deputado Moacir Micheletto precisará de anos para construir.

Equilíbrio comprometido

Se aprovada, a proposta de Micheletto trará graves problemas ao meio ambiente e à sociedade, além daqueles que já temos conhecimento. Isto porque além de permitir a derrubada quase completa da floresta amazônica, também dispensa as propriedades de até 25 hectares de recompor a reserva legal de 20% e com isso acaba com os 7% da Mata Atlântica que ainda resta no país. Ou seja, uma devastação total.

Uma das piores consequências seria, por exemplo, a poluição acelerada e o assoreamento de córregos, rios, nascentes, e consequente comprometimento no abastecimento de água potável em futuro bem próximo. A água é um mineral finito e é um ingrediente essencial da vida, talvez o recurso mais precioso que a terra fornece à humanidade. Isso sem contar a destruição da fauna, ou do que sobrou dela, e outros danos irreversíveis.

Isso é o suficiente para exemplificar a negligência e a falta de visão do parecer de Micheletto, além, é claro, dos interesses pessoais que cercam a iniciativa.

PACTUINGÁ se preocupa com o meio ambiente

A destruição das matas ciliares, com reposição mínima, exceto nos municípios onde houve interferência do Ministério Público, tem gerado grandes transtornos e preocupação na região Noroeste do Paraná.

Na área do PACTUINGÁ, particularmente, a defesa da preservação ambiental também tem sido um dos temas muito debatidos e defendidos pelos sindicatos de bancários da CUT. Em Paranavai, por exemplo, o diretor do SEEB e vereador Edmilson Botéquio denunciou na Câmara Municipal e à Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente a degradação das nascentes e riachos que circundam o perímetro urbano de Paranavai.

Segundo Botéquio, a natureza vem sofrendo todo o tipo de agressão. A destruição das matas ciliares tem resultado num acelerado processo de assoreamento dos rios, além

de facilitar o despejo de lixo, esgotos e resíduos industriais. Ao apresentar a denúncia, o vereador observou que "esses ataques ao meio ambiente são ameaças ao futuro da população".



Botéquio: cuidar do meio ambiente e investir na saúde da população

Já em Umuarama, o também vereador e diretor do Sindicato dos Bancários, Osni Miguel Santana há anos vêm, juntamente com movimentos populares locais,

alertando sobre a destruição da bacia hidrográfica do Córrego Piava, manancial que abastece a cidade. Denunciou a morosidade dos governos estadual e municipal na execução de um projeto de recuperação e preservação daquela área e encabeçou campanhas visando a recomposição das matas ciliares do Piava, como única forma de proteger o manancial do processo erosivo.

assoreamento, poluição e evitar o racionamento de água na cidade.

Recentemente, Osni Santana foi um dos que mais lutaram contra decisão da prefeitura, que autorizou o plantio de soja na cabeceira do manancial, o que poderia resultar num rápido processo de contaminação da água através dos venenos usados na lavoura. O caso acabou na Justiça, que proibiu o plantio de soja próximo ao córrego.

Esses são apenas dois exemplos de como o meio ambiente tem interferência direta na vida de todos. É por isso que os sindicatos do PACTUINGÁ também repudiam a proposta do deputado



Osni: trabalho evitou envenenamento de rio que abastece Umuarama

Moacir Micheletto e reafirmam o seu compromisso de continuarem defendendo o uso racional dos recursos naturais. Até por uma questão lógica, a da sobrevivência humana.

O é deputado "nota zero"

Para compreender melhor o objetivo da proposta do deputado Moacir Micheletto, é preciso conhecer um pouco mais sobre a atuação desse parlamentar paranaense na Câmara.

Além de ser um exímio defensor dos projetos da bancada ruralista, é também um fiel escudeiro de FHC. Tanto no seu primeiro mandato como deputado federal, quanto agora, no segundo, sempre aprovou as propostas do governo, sem avaliar as consequências sobre a população.

Foi a favor de todas as mudanças na Previdência Social, que prejudica milhões de trabalhadores e aposentados, votou pela reeleição de FHC, ajudou latifundiários a prorrogar dívidas com o Banco do Brasil e, mais recentemente, também ajudou a aprovar o irrisório salário mínimo de R\$ 151,00.

Por essas e outras, não é novidade que Moacir Micheletto tenha recebido "nota zero" do DIAP (Departamento Intersindical de Avaliação Parlamentar) pelo seu fraco desempenho nas reformas constitucionais. O pior é saber que esse deputado está ocupando a vaga que poderia ser de um político sério e capaz de fazer um trabalho proveitoso à sociedade.

Sobra terra, falta política fundiária e agrícola

Na região do PACTUINGÁ há muitos exemplos da devastação de matas ciliares que não foram recompostas. E só não é pior porque em muitos municípios houve a interferência do Ministério Público. Vale lembrar ainda que a destruição das matas não resultou no aumento de produção e, muito menos ainda, resolveu o problema fundiário. Pelo contrário, só aumentou os latifúndios improdutivos.

Quando a bancada ruralista diz que a derrubada das matas é necessária para ampliar a área agropecuária, tenta outra vez enganar a sociedade. Todos sabemos que o agricultor, que vive da terra, tira dela o seu sustento e

contribui para o equilíbrio ecológico, social e econômico. Já os grandes fazendeiros tradicionalmente visam só o lucro exorbitante.

É bom lembrar que é comum os ruralistas apresentarem propostas polêmicas sempre quando querem negociar algum tipo de privilégio. Não será novidade se FHC aceitar nova prorrogação das dívidas impagáveis dos fazendeiros com o Banco do Brasil ou conceder aos ruralistas uma teta mais gorda no governo.

É por essas e outras que a atuação da bancada ruralista no Congresso, atrelada ao neoliberalismo do governo FHC, tem contribuído para a falta de uma política fundiária e agrícola decente para o país.

Assembléia vai fundar Sindicato Regional



Última reunião do Conselho Político, que definiu a data da fundação do Sindicato Regional

Está tudo certo para a assembléia de fundação do Sindicato Regional dos Trabalhadores no Sistema Financeiro da região Noroeste.

Após três anos de discussão em cima do projeto, com reuniões nos sistemas diretivos dos sindicatos, o Conselho Político do PACTUINGÁ, em reunião realizada no último dia 14/06, quando foi finalizado o Estatuto que regulamenta a composição do Sistema Diretivo e a contribuição financeira dos futuros sócios e dos sindicatos que participam do projeto. Deliberou-se também que no dia 15 de julho próximo será realizada uma assembléia para a fundação do Sindicato Regional.

Poderão participar dessa assembléia os bancários das bases dos sindicatos de Paranaíba, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cianorte, Toledo, Goioerê, Guarapuava, Maringá e Umuarama. O local, horário e outros procedimentos constarão de editais que serão publicados em jornais, além do convite específico nos locais de trabalho.

A oposição alertou...

Quando a popularidade de FHC começou a cair, já no início do segundo mandato, era apenas o prenúncio do descontentamento que começava a tomar conta dos vários segmentos da sociedade. E não era para menos. Em nada resultou a venda das empresas nacionais ou os acordos suicidas feitos com o FMI, pois a crise social, que já era grande, piorou mais. Basta ver que o índice de desemprego é hoje um dos maiores de todos os tempos, sem perspectiva de solução a médio prazo.

O que se viu e o que se vê é o que os partidos de oposição e o movimento sindical alertavam. Ou seja, o Brasil, governado segundo os interesses de políticos mal intencionados.

Ao passo em que o discurso de FHC cai no descrédito por não conseguir mais encobrir com simples palavras as mazelas nacionais, os principais apoiadores desse governo e da sua política neoliberal também caem no descrédito. É o caso, por exemplo, dos cinco deputados federais do Acre, acusados de terem se vendido na votação da emenda de reeleição do presidente.

O processo foi engavetado pela Procuradoria da República, mas está sendo



Em Umuarama, servidores da Justiça do Trabalho durante paralisação por reposição salarial e melhores condições de trabalho

“ressuscitado” pelo Ministério Público Federal.

Sem contar a derrocada de outros aliados de FHC, como vários prefeitos afastados por corrupção, ministro Rafael Greca acusado de envolvimento com a máfia dos bingos eletrônicos e governadores que enfrentam a resistência do funcionalismo público por terem abandonado os trabalhadores.

Dois exemplos claros são os do Paraná e de São Paulo. No Paraná, o governo Lerner é acusado de gastar mais de R\$ 500 milhões em publicidade só no primeiro mandato. No entanto, o arrocho salarial dos servidores já dura cinco anos. Só nos salários dos professores as per-

das já atingem 41% e agora Lerner alega não ter dinheiro. Além do magistério, outros setores do funcionalismo público do Estado também ensaiam greve, como é o caso da saúde e da segurança.

A tática de Lerner tem sido a mesma de FHC com os servidores da união (entre eles os funcionários dos bancos federais, que só têm sobrevivido de abonos e não conseguem recuperar as perdas salariais).

Tem também o massacre dos servidores públicos federais, que há cinco anos não têm reposição de inflação e acumulam uma perda de 63% nos seus salários.

LIBERDADE DE IMPRENSA

No Brasil, isso ainda é um sonho distante.

Os veículos de comunicação de massa, desde as grandes redes de televisão aos pequenos periódicos, atuam disfarçadamente em favor da liberdade de imprensa como ponto fundamental ao desenvolvimento do processo democrático. Mas, historicamente, têm transmitido a história de acordo com os interesses das classes dominantes.

A censura, que nos difíceis anos da ditadura militar representava uma amea-

ça aos direitos civis e à própria sobrevivência da mídia, é hoje um instrumento valioso nas mãos de donos de jornais, rádios e TVs, em favor do poder econômico e político e em detrimento de muitos profissionais da informação e da própria sociedade.

O comprometimento de veículos de comunicação começa já no surgimento da empresa. No caso das emissoras de rádio e TV, as concessões são feitas pelo governo, geralmente por indicação de algum político. Já a maioria dos jornais só

sobrevive graças as verbas públicas que recebe. Assim, a mídia fica com o rabo preso no poder político que, por sua vez, é atrelado aos interesses do poder econômico. E a liberdade de imprensa, nesse caso, não interessa a nenhuma das partes.

É por isso que o círculo de cumplicidade só é quebrado quando o fato se torna público e a imprensa já não pode mais omitir-se. Basta lembrar a cassação de Collor de Mello, político que a TV Globo projetou e tentou segurá-lo no cargo até

o último momento, ou mais recentemente dos prefeitos Celso Pitta (São Paulo) e Antônio Belinati (Londrina), e os políticos e empresários investigados pela CPI do Narcotráfico, só para citar alguns exemplos. Se a sociedade não tomasse conhecimento de tais fatos, a corrupção e os desmandos de governantes mal intencionados prevaleceriam e o país poderia estar em situação ainda pior.

“A liberdade de imprensa é de todas a mais necessária, soberana e que impera sobre as demais (...)”. Quando Rui Bar-

bosa escreveu essa frase, certamente não se inspirou nas grandes transformações sociais ocorridas no Brasil, onde as conquistas em nome da democracia custaram a vida de milhares de pessoas.

Se inspirou, provavelmente, em outros países, onde a liberdade de expressão e o direito à informação são princípios democráticos e, também, fator preponderante no tocante ao equilíbrio social, político e econômico, além de um eficiente instrumento de controle de governos e instituições públicas e privadas.

Curso vai qualificar dirigentes sindicais

Com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), a Escola Sul da CUT, através das CUTs Estaduais e Microrregionais de Formação, está realizando este ano o Projeto Alicerce, que integra o Projeto Nacional de Qualificação Profissional da CUT Brasil em 2000.

A iniciativa consiste em promover um curso completo, de 2 módulos com três etapas de 16 horas cada uma. O objetivo é a qualificação de trabalhadores para as transformações no mundo do trabalho. O Projeto Alicerce trabalhará com grupos de 30 pessoas, sendo todos dirigentes

sindicais da região Sul. Na Microrregional Noroeste a coordenação do curso estará a cargo dos companheiros Lindomar Aparecido Soares e Sônia Mauro, diretores do PACTUINGÁ. Será coordenado por Neiva Alves B. de Almeida, monitora da Escola Sul.

A primeira etapa do curso já tem data marcada e as inscrições, que custa apenas R\$ 7,00 por pessoa, podem ser feitas com Lindomar através do telefone **0xx44 622-1979** ou com a Sonia, no número **0xx44 523-3492**. Confirma o calendário abaixo:

PRIMEIRO MÓDULO

Etapas 1, dias 15 e 16/07 em Umuarama/Campo Mourão

Conteúdo: Como funciona a sociedade; O surgimento da classe trabalhadora organizada no mundo e suas principais lutas no Brasil; Para que servem os sindicatos

Etapas 2, dias 12 e 13/08 em Umuarama/Campo Mourão

Conteúdo: Transformações no mundo do Trabalho; Organização Sindical; Trabalho de base e organização nos locais de trabalho.

Etapas 3, dias 16 e 17/09 em Umuarama/Campo Mourão

Conteúdo: Regulamentação e Desregulamentação dos direitos dos trabalhadores; Instrumentos de luta; Negociação e contratação coletiva.

SEGUNDO MÓDULO

Etapas 1, dias 21 e 22/10 em Umuarama ou Campo Mourão

Conteúdo: As centrais sindicais no Brasil/Nascimento da CUT; princípios, compromissos e estratégias da CUT; A CUT na prática: problemas e desafios.

Etapas 2, dias 11 e 12/11 em Umuarama/Campo Mourão

Conteúdo: Projetos de desenvolvimento e papel do Estado; Estado, poder, democracia e instrumentos de dominação; Estado, serviço público, sistema tributário e distribuição de renda.

Etapas 3, dias 02 e 03/12 em Umuarama/Campo Mourão

Conteúdo: Instrumental de análise de conjuntura; Ferramentas de gestão e planejamento; Dicas: comunicação, organização de assembleias, atos e reuniões.

FGTS

Supremo diverge sobre reposição de perdas



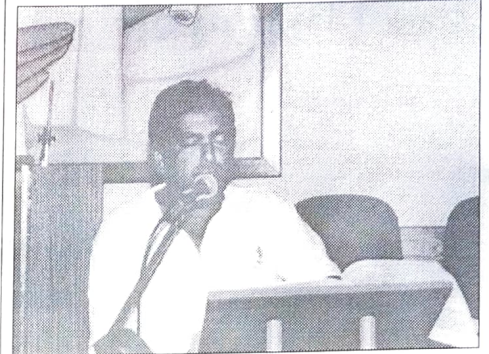
As perdas que os trabalhadores tiveram com as irregularidades detectadas na folha de correção do FGTS nas épocas de implantação dos planos econômicos Bresser, Verão e Collor, correm o risco de ser mantidas no Supremo Tribunal Federal. Isso depois que as ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal de alguns estados já receberam parecer desfavorável no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre (RS). Os recursos apresentados ao Supremo, até agora, receberam julgamento parcial. Dos onze ministros, apenas três votaram a matéria. Os ministros Moreira Alves e Nelson Jobim negaram as correções relativas ao Plano Bresser e aos meses de maio de 1990 e fevereiro e março de 1991. Concederam apenas as correções relativas ao Plano Verão e ao mês de abril de 90.

Já o ministro Ilmar Galvão diverge em relação às correções de abril de 90, excluindo a correção para os saldos superiores a 50 mil cruzados novos (moeda da época). A matéria recebeu pedido de vistas do ministro Maurício Corrêa e ainda deve voltar à pauta do Supremo.

AÇÃO DA CUT-PR VALE PARA TODOS

No Paraná, a representação civil pedindo a apuração das irregularidades e a correção dos saldos das contas do FGTS foi feita em 1994, pela CUT-Pr, ao Ministério Público Federal, que ajuizou a ação contra a Caixa Econômica Federal. O processo está parado no TRF do Rio Grande do Sul, que aguarda uma decisão do STF sobre a questão. É bom lembrar que, nessa ação, o Ministério Público assegura os direitos de todos os trabalhadores paranaenses, o que torna desnecessário o ajuizamento de ações individuais - o que não impede que alguém o faça. É forte a pressão do governo FHC sobre os juízes, para que votem contra os interesses dos trabalhadores.

UMUARAMA JÁ TEM ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À CORRUPÇÃO



OSMAR SALUSTIANO DOS SANTOS
PRESIDENTE A ACCAP DE UMUARAMA

Nesses dias difíceis, de corrupção política e eleitoral nos quatro cantos do país, com a maior onda de afastamento de cassação de prefeitos e envolvimento de políticos, empresários e até juizes no narcotráfico, a sociedade reage com indignação.

Por iniciativa da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), sindicatos e organizações da sociedade civil, vêm sendo criados em vários municípios os comitês de combate à corrupção. Na base do PACTUINGÁ, já está criada a Associação Contra a Corrupção Eleitoral e à Administração Pública (ACCAP). A discussão envolve a Mitra Diocesana e movimentos populares locais. No dia 16/06, foi aprovado o estatuto da Associação e eleita a primeira diretoria, que é encabeçada por Osmar Salustiano dos Santos, que também presidente da UMAM (União Municipal das Associações de Moradores) de Umuarama.

O objetivo principal da ACCAP é, num primeiro momento, fiscalizar o cumprimento da Lei Federal 9840, que trata do combate à corrupção eleitoral. Além de promover a conscientização dos eleitores sobre a importância do voto, a ACCAP - Umuarama também se apresenta como canal efetivo de promoção de denúncias de corrupção de qualquer natureza, inclusive eleitoral, perante as autoridades competentes, bem como do acompanhamento dos processos que venham a ser instaurados perante a Justiça Eleitoral.

Isso indica que a sociedade civil está descontente, atenta e preocupada com os desmandos e a corrupção política no país. Mostra também que a organização popular e a conscientização de todos ainda é a principal arma contra os maus políticos, além de ser eficiente também para cobrar das autoridades sérias, sejam elas do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, mais transparência nos atos dos poderes constituídos e, sobretudo, punição rigorosa aos corruptos.

A culpa é do MEC ou das Universidade privadas?

Unipar: boa estrutura física e conceitos ruins e péssimos nos cursos de Letras, Administração e Matemática



Não é novidade para ninguém a existência de um forte lobby do ensino privado no Congresso Nacional. Através da sua bancada de apoio ou diretamente no Ministério da Educação, muitas dessas instituições conseguem inúmeros privilégios, que vão desde a isenção de impostos municipais, estaduais e federais, até a facilidade na aprovação de cursos sem ter a infra-estrutura necessária.

Agora, o mesmo governo que concede benesses reconhece a precariedade do ensino em muitas dessas universidades privadas, segundo matéria divulgada pela *Folha de S. Paulo*, à página C 6 (*Cotidiano*) no último dia 6 de junho. A lista das universidades públicas e privadas com conceitos ruins (D) e péssimo (E) em vários cursos foi fornecida pelo próprio MEC. Entre esses cursos, os principais são: Administração, Direito, Engenharia Civil, Elétrica e Química, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Veterinária e Odontologia. Dos 125 cursos com conceitos "D" e "E" (ameaçados de fechamento) 107 são de universidades privadas. Vale lembrar que entre as instituições privadas com cursos que tiveram con-

ceito ruim e péssimo está a Unipar, na base do PACTUINGÁ, com os cursos de Administração (em Guaira) e Letras e Matemática (em Umuarama).

Na mesma lista, apenas 18 cursos com conceito ruim são de universidades públicas. Isso prova que, ao contrário do que se apregoa, o ensino universitário privado é de qualidade inferior ao do ensino público. Ou seja, quem consegue bancar os custos de um dos cursos acima citados, paga caro e não aprende o suficiente. E o governo FHC, que não pratica uma política em prol do fortalecimento do ensino público, seja ele fundamental, médio ou superior, é cada vez mais tolerante com o despreparo de instituições privadas.

Será que as muitas concessões que o governo faz ao lobby da educação não seriam também moeda de troca para conseguir aprovar no Congresso propostas que prejudicam a população? Basta ver como foi fácil para FHC aprovar mudanças que dificultam a aposentadoria do trabalhador e o irrisório mínimo de R\$ 151,00.

Dos 125 cursos ameaçados de fechamento 107 são de universidades privadas

Dívida externa

O Brasil (não) deve pagar?

Um plebiscito sobre a dívida externa vai apurar a opinião dos brasileiros sobre o acordo do Brasil com o FMI, o crescimento da dívida externa e interna e os repasses do governo aos credores internacionais.

A iniciativa reúne entidades e instituições como a CUT, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Comc (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), CMP (Central

de Movimentos Populares), UNE (União Nacional dos Estudantes), Contag, MST e outras entidades.

A idéia é promover consultas nos locais de trabalho, nas sedes de movimentos sociais e partidos políticos, escolas, igrejas e praças públicas. Antes da votação, prevista para a semana da Pátria, entre os dias 2 e 7 de setembro, essas entidades realizarão debates com a população em todo o país. Os

organizadores pretendem, com o plebiscito, pressionar para obter auditoria pública na dívida externa e interna e fortalecer as propostas de controle à circulação do capital financeiro.

Este mês, o material didático de apoio começará a ser distribuído. Em julho e agosto, começa em todo o Brasil campanha sobre a iniciativa. O plebiscito acontece paralelamente ao "jubileu 2000", campanha do Vaticano para que as

Cursos da Unipar entre os piores

Entre as instituições de ensino superior que têm cursos com o pior conceito, a Unipar (Universidade Paranaense), na base do PACTUINGÁ, apareceu três vezes. O curso de Letras, no campus de Umuarama, recebeu conceito "D" em 1998 e 1999. Já os cursos de Matemática, também de Umuarama, e Administração, do campus de Guaira, foram piores ainda nos dois anos anteriores receberam conceito "E", o pior de todos. Se as notas desses três cursos se repetirem esse ano, poderão ser extintos pelo Ministério da Educação. A Unipar é uma das maiores instituições de ensino privado do Paraná, contando com campus nas cidades de Paranavaí, Cianorte, Guairá, Toledo e Cascavel. Isso prova que apesar do aluno pagar caro, a universidade não dá a devida atenção para garantir a qualidade dos cursos que oferece, pelo menos é o que está acontecendo com os cursos de Administração, Matemática e Letras. Este último tem turmas de até 100 alunos. A orientação do MEC é para 40 alunos por turma. Se isso for verdade, porque não ter duas turmas de 50, o que daria melhores condições para o professor ensinar e o aluno aprender. Além de gerar mais empregos. Com 100 alunos na classe, quantos absorvem o que é transmitido pelo mestre? Metade? Isso não vai refletir na avaliação do MEC? Vários estudos provam que o desenvolvimento econômico de um povo está alicerçado, entre outras coisas, na sua educação. A região Noroeste do Paraná é pobre economicamente e a persistir a formação profissional da Unipar em Letras, Administração e Matemática, como mostra as últimas avaliações do MEC, vai continuar pobre. O PACTUINGÁ tem essa preocupação com a região e, por mais de uma vez, tem cobrado a vinda da universidade pública de qualidade para Umuarama, o que beneficiaria também os alunos pobres da região Noroeste.

CONFIRA A LISTA DAS UNIVERSIDADES E CURSOS COM PIOR CONCEITO NO PARANÁ:

CURSO: ADMINISTRAÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE (PONTA GROSSA)

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE IVAIPORÃ
UNIVERSIDADE PARANAENSE/UNIPAR (GUAIRÁ)

CURSO: LETRAS

UNIVERSIDADE PARANAENSE/UNIPAR (UMUARAMA)

CURSO: MATEMÁTICA

UNIVERSIDADE PARANAENSE/UNIPAR (UMUARAMA)

nações em desenvolvimento tenham suas dívidas perdoadas pelos credores internacionais, entre elas o FMI. Na semana passada, o presidente do PT, José Dirceu, apresentou na Câmara dos Deputados projeto de decreto legislativo que estabelece oficialmente a convocação de plebiscito para decidir sobre o acordo com o FMI, auditoria e condições de pagamento da dívida externa brasileira.

O TAMANHO DO ROMBO – A dívida externa brasileira aumentou 48 vezes em 30 anos, passando de US\$ 5 bi em 1970 para US\$ 239 bi em 99, de acordo com informações do Departamento Econômico do Banco Central.

Os juros da rolagem da dívida também crescem vertiginosamente. Só em abril, o governo federal pagou ao FMI US\$ 10 bilhões de juros. Em 99, o total dos gastos com juros atingiu US\$ 4,486 bilhões.

Ao mesmo tempo em que emprega somas exorbitantes para o pagamento da dívida externa, o governo corta do orçamento verba da educação, saúde e moradia. Milhões de crianças são privadas do direito à escola; aumenta o número de pessoas vivendo em condições de miséria, nas ruas, além é claro de faltarem hospitais, creches e empregos.